

Cala, a sombra da escola, de Gustavo Bernardo Krause

Por Ângela Imaculada Laureiro de Freitas Dalben*

Entendendo a "cola como parte integrante da identidade da escola, como sombra sem a qual o corpo não faz sentido" o autor se propõe a fazer "uma reflexão ética sobre a escola para pensar a ensinabilidade da moral".

Gustavo Bernardo Krause, professor da Universidade do Rio de Janeiro – UERJ, denomina o seu trabalho como um ensaio, produto de uma consultoria realizada na Escola Parque.

Inicia o seu raciocínio com a metáfora da *Caverna de Platão* para discutir a justiça e "suas sombras" e leva o leitor a refletir sobre as raízes da verdade pedagógica, que define a priori horizontes determinados para conduzir as crianças e jovens ao bem. Verdade cujas raízes estão ancoradas na filosofia socrática em que os fins justificam os meios, sendo por princípio, para o autor, uma *mentira consciente*.

Essa verdade, construída e construível se articula em torno do amor aos homens e ao desejo de modelá-los para aquilo que deveriam ser, o que implica, antes de mais nada, na recusa daquilo que são, aqui e agora. Como exemplo o autor atenta para as rotineiras questões orientadoras das reuniões pedagógicas em nossas escolas e universidades em que a todo tempo pergunta-se: que aluno desejamos formar?

Nesse contexto de preocupações com o bem e a justiça, as verdades se constroem num conjunto harmônico que irá por diferentes mecanismos legitimar a dominação. Processo que nega o real, como força viva, dinâmica, que faz história.

Nesse ponto do raciocínio, Gustavo Bernardo, apoiando-se em Kelsen e Foucault esta-

belece a analogia entre a escola e o presídio. "A prisão [...] não se mostra socialmente como um espaço tão diferente assim, tão pior do que aqueles que vivemos e convivemos: um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente" (p.28).

Embora pareçam duras essas comparações, o autor lembra que tanto a escola quanto a prisão há séculos vêm recebendo duras e graves críticas sobre a sua ineficiência, não conseguindo no entanto encontrar outro caminho senão apontar para si próprias, apresentando reformas que acabam por redimensionar os problemas sem resolvê-los.

Assim, a sala de aula contemporânea remete à cela e à sensação de aprisionamento, reforçado a cada instante no toque estridente do sinal que indica a troca de professor ou o recreio. Quando o vidrinho da porta anuncia a chegada de alguém, que pode ser um disciplinário ou um supervisor. A arquitetura, a disciplina do tempo, a distribuição compulsória dos espaços específicos de cada área do conhecimento, dos alunos em turmas e daquilo que deve ou não ser realizado ou desenvolvido em cada momento da rotina diária. Tudo isso remete ao controle necessário às relações de poder. E, então, chega-se à nota – a moeda de troca – o mecanismo penal da escola.

* Ângela Imaculada Laureiro de Freitas Dalben, Professora Adjunta do UFMG, Pró Reitora de Extensão 2006-2010. gab@proex.ufmg.br

Ao longo do texto, o autor recupera a história de Édipo para discutir as armadilhas do poder na escola – o inquérito e o exame –. Em busca da verdade, como ordenação jurídica na Idade Média, o inquérito já se anunciava na história de Édipo-Rei, o primeiro detetive que ao encontrar o último dos criminosos chega a si próprio. Processo pelo qual se afirma que por traz de toda investigação ou qualquer processo de avaliação espelha-se o avaliador e o seu próprio campo de valores. Da mesma forma, configura-se o poder do exame, base da arquitetura institucional, ritualizada e dentro de um espírito cientificista arrogante capaz de articular uma armadilha, talvez a mais sutil de todas, porque pouco visível. E temos exames orais, escritos, médicos, psicotécnicos, vestibulares, de recuperação. A escola se transforma em um aparelho de exames ininterruptos. Reúnem-se diferentes formas de controle para medir e sacionar – boletins, relatórios, folhetos, registros escritos e em outras linguagens, avaliações permanentes, provões – no *frisson* de realização da *utopia panóptica*.

Mas, por azar nosso e dos alunos, o esforço de controle e domínio implica em consequências às avessas. O poder do panóptico que pretendia eliminar a “cola” indubitavelmente não consegue o seu intento, e mais, a institui. Ao instituir, a promove. Assim, a cola, criada para ensinar e formar para o bem e a justiça, forma, também, um contingente de trabalhadores e cidadãos semi-honestos e semi-capazes. Ou em outras palavras, forma sujeitos desonestos consigo mesmos e com poucos saberes.

Com ironia e alto teor crítico, o autor aprofunda o seu raciocínio em torno dos processos de formação ou de-formação dos sujeitos e, já no final do texto, constrói a sua proposta. Por que não, explicitamente, instituir a cola? Discriminalizá-la. Torná-la necessária. Rebatizá-la, inclusive, chamando-a de consulta!

Gostei! O livro prende a atenção do leitor com 88 páginas instigantes que ao longo do percurso solicitam a reflexão sobre as bases primárias de comportamentos rotineiros. O leitor dessa resenha deveria ler o livro que

além de bem fundamentado, é libertador, como pode ser confirmado no último parágrafo, quando o autor encerra dizendo:

Gostaria de ter proposto aquela espécie precisa de fidelidade: a fidelidade ao enigma e à incerteza; fidelidade ao que todos podemos ser e não temos como saber. (Krause, 1997, p88).

Referência Bibliográfica

KRAUSE, Gustavo Bernardo. *Cola, a sombra da escola*. RJ: EdUERJ: Escola Parque, 1997.